



ISSN on-line: 2238-4170

<http://periodicos.estacio.br/index.php/gestaocontemporanea>

Gestão Contemporânea, Vila Velha, v.10, n.1, p. 77-99, dez. 2020.

ARTIGO ORIGINAL

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E DA ESCRITA: ELEMENTOS INICIAIS PARA O DEBATE

ORIGINAL ARTICLE

LITERACY AND LETTERING IN THE DEVELOPMENT OF READING AND WRITING: INITIAL ELEMENTS FOR THE DEBATE

Eliene de Oliveira Santos¹

Faculdade Estácio de Vila Velha – FESVV, Vila Velha/ES – Brasil

Elda Alvarenga²

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória/ES – Brasil

Maria Patrícia Figueirêdo de Almeida Sabadini³

Université René Descartes, Paris - França

Resumo

Objetiva discutir como se dá o processo de construção da leitura e da escrita dos alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental a partir da diferenciação dos conceitos de alfabetização e letramento, dos aspectos históricos da escrita e da alfabetização e da reflexão a respeito das teorias que embasam a alfabetização, do tempo das cartilhas até às contribuições das teorias sócio-linguísticas ao processo de aquisição da alfabetização. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa do tipo bibliográfica. Os resultados indicam a importância do conhecimento teórico acerca do processo de alfabetização em seus vários aspectos, para uma aprendizagem sólida e significativa. Aponta a leitura e a escrita enquanto conhecimento que favorece a comunicação entre os sujeitos em sociedade. Afirma que com a transformação da sociedade e com o crescimento da tecnologia torna-se indispensável que os alunos sejam alfabetizados e conscientes dos benefícios proporcionados através da leitura e da escrita. Ressalta que entender como acontece o processo de construção da leitura e da escrita dos alunos que inicia o primeiro ano do Ensino Fundamental e quais medidas são tomadas para que os alunos além de alfabetizados se tornem letrados em sociedade não é uma tarefa fácil para os docentes, porém necessária, pois requer uma prática transformadora que leva em consideração alfabetizar letrando, de modo indissociado.

Palavras-chave: Leitura e escrita; alfabetização e letramento; construção da escrita, teorias sócio-linguísticas.

Abstract

It aims to discuss how the construction process of reading and writing by students in the first year of elementary school takes place based on the differentiation of the concepts of literacy and literacy, the historical aspects of writing and literacy and reflection on the theories that support it. literacy, from the time of the booklets to the contributions of socio-psycholinguistic theories to the process of acquiring literacy. The research is characterized as qualitative and used as methodology the case study, with field research carried out in an elementary school, located in Vitória (ES). Two teachers participated, a

¹ Graduação em Pedagogia - Estácio de Sá Vila Velha (2015). Pós Graduação: Gestão e Docência do Ensino Superior. Alfabetização e Letramento nas Séries Iniciais e na Educação de Jovens e Adultos. Professor do Ensino Fundamental.

² Pedagoga, Mestra e doutora em educação (PPGE/UFES). Professora do Instituto Federal do Espírito Santo/Campus Cachoeiro. Membro do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História em Educação (NUCAPHE) e do Núcleo interinstitucional de pesquisa em gênero e sexualidade. E-mail: elda.alvarenga@estacio.br

³ Pedagoga, Mestra em educação (Université René Descartes, Paris V).

pedagogue and a director. The instruments used for data collection were the observation of teaching practice and the application of questionnaires. The results indicate the importance of theoretical knowledge about the literacy process in its various aspects, for a solid and meaningful learning. It points to reading and writing as knowledge that favors communication between subjects in society. He says that with the transformation of society and the growth of technology, it is essential that students are literate and aware of the benefits provided through reading and writing. It emphasizes that understanding how the process of construction of students' reading and writing takes place that begins the first year of elementary school and what measures are taken so that students, besides being literate, become literate in society is not an easy task for teachers, but necessary, since it requires a transformative practice that takes into account literacy by literacy, in an inseparable way.

Keywords: reading and writing; literacy and literacy; construction of writing, theory partner-psycholinguistic.

INTRODUÇÃO

O artigo visa discutir como se dá o processo de construção da leitura e da escrita das crianças do primeiro ano do Ensino Fundamental a partir da diferenciação dos conceitos de alfabetização e letramento, dos aspectos históricos da escrita e da alfabetização e da reflexão a respeito das teorias que embasam a alfabetização, do tempo das cartilhas até às contribuições das teorias sócio-psicolinguísticas ao processo de aquisição da alfabetização. Utilizamos de autores e autoras que versam sobre a temática para atender aos propósitos da pesquisa, por isso, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica.

A temática é considerada de grande importância na sociedade atual, uma vez que ser alfabetizado em um mundo voltado para a comunicação exige cada vez mais dos seus leitores maior capacidade de entendimento, uma vez que decodificar e codificar não são suficientes. Ao contrário, é preciso que o/a educando/a se aproprie do sistema de escrita alfabética, buscando compreender como esse sistema funciona no contexto social em que está inserido, pois segundo Soares (1998):

Alfabetizar é dar acesso ao mundo da leitura. Alfabetizar é dar condições para que o indivíduo - criança ou adulto - tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidades de decodificação e codificação do sistema da escrita, mas, e, sobretudo de fazer uso real e adequado a escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade e também como instrumento na luta pela conquista da cidadania plena (SOARES, 1998, p.33).

Em concordância com Soares (1998) percebemos que a alfabetização também é um instrumento na luta por uma cidadania plena e um importante instrumento contra a alienação, uma vez que facilita a socialização, a interação e a

comunicação em sociedade. Destacamos que o processo de alfabetização é provocativo, desperta e aguça a curiosidade dos/as estudantes que estão iniciando os anos iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido é interessante que o docente conheça como acontece esse processo de construção da leitura e da escrita na vida da criança, para envolvê-las a partir de aulas significativas, contextualizadas e propícias ao conhecimento sistematizado, ou seja, aulas que motivem os educandos/as a conhecerem e a quererem se apropriar da leitura e da escrita.

A LEITURA E A ESCRITA NA SOCIEDADE ATUAL

A leitura e a escrita são de grande relevância para a formação do ser humano. Assim, desde cedo, a criança é encaminhada à escola para aprender a ler e a escrever. As atividades que lá são propostas devem ser desenvolvidas não apenas por fazerem parte do programa escolar, mas por serem necessárias para formação e atuação do sujeito no seu contexto social, como nos afirmam Lajolo e Zilberman:

Através da leitura oral e da escrita a criança consegue estreitar os laços de afetividade com seus semelhantes, harmonizar os interesses e resolver os seus conflitos e se organizar num estágio atual da civilização. Dessa forma o homem se organizou politicamente. A leitura oral e a escrita aperfeiçoaram-se a tal ponto ser imprescindível à sua existência humana na busca do conhecimento que tornou-se imperativa para novas conquistas e para o estabelecimento do homem como ser social, como centro de convergência de todos os outros interesses (LAJOLO; ZILBERMAN 1996, p.53).

Desse modo, a leitura é uma forma de ampliar conhecimentos sobre o mundo que nos cerca, proporcionando crescimento tanto pessoal quanto profissional. Gouveia e Orensztejn (2006) afirmam que o leitor muitas vezes não percebe, mas a leitura também estimula o desejo por outras leituras, possibilita exercitar a mente, pois enquanto lê a mente cria fantasias e permite o uso da imaginação. Para as autoras, a leitura é fundamental na compreensão do funcionamento comunicativo da escrita, pois ao ler o leitor compreende a relação representada entre a fala e a escrita, aprende a desenvolver estratégias de leitura, cria familiaridade com os

textos, desenvolve a capacidade de aprender e amplia o repertório textual na construção dos próprios textos.

Ao ler, o leitor adquire acesso aos conhecimentos construídos pela humanidade ao longo dos tempos, logo, saber ler e escrever numa sociedade que está em constante transformação significa ampliar a comunicação e a visão de mundo, desenvolvendo assim, a compreensão e o senso crítico. É nesse sentido que a leitura contribui para a cidadania, pois quando exercemos nossa cidadania, estamos transformando a nós mesmos e a realidade que nos cerca, como afirma Brito (2010):

[...] é por meio da leitura que podemos formar cidadãos críticos, uma condição indispensável para o exercício da cidadania, na medida em que torna o indivíduo capaz de compreender o significado das inúmeras vozes que se manifestam no debate social e de pronunciar-se com sua própria voz, tomando consciência de todos os seus direitos e sabendo lutar por eles (BRITO 2010, p.1-2).

Diante disso, cabe à escola criar um elo entre os/as leitores e a sociedade, podendo contribuir para a inserção destes indivíduos no meio social. Na visão de Cagliari (1994, p.148) a leitura é a extensão da escola na vida das pessoas: “A maioria do que se deve aprender na vida, terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. A leitura é uma herança maior do que qualquer diploma”. Dessa forma, pode-se entender que é por meio da leitura e da capacidade comunicativa que se configura a possibilidade do/a estudante ampliar as percepções que tem do mundo ao seu redor. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p.41) do Ensino Fundamental apontam que a leitura é “[...] um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor e de tudo o que sabe sobre a língua [...]”.

Portanto, ler não se trata apenas de extrair informações da escrita, através da decodificação de letras e por palavras. Saber ler vai além: é uma atividade que requer do leitor compreensão, na qual os sentidos passam a ser constituído antes mesmo do mesmo iniciar a leitura. Por outro lado, não se pode esquecer que com o crescimento da nossa sociedade e com o avanço das novas tecnologias, a sociedade exige cada vez mais dos seus leitores, pois para vivenciar plenamente a

cultura escrita e corresponder às demandas da sociedade atual, o sujeito precisa dar significado ao mundo que o cerca. Conseguir se comunicar de forma eficiente no meio de tantas informações é tarefa aparentemente simples para quem domina a leitura e a escrita, mas se torna um desafio para quem não está habilitado a tal conhecimento (SOARES, 2004).

Nesse contexto, fica explícito o quão relevante é o papel do professor, pois ensinar a criança a ler e a escrever de forma significativa é uma ação inclusiva, ou seja, é trabalhar com a certeza que através de tais conhecimentos transmitidos o aluno terá mais facilidade de interagir com o mundo que o cerca, tendo mais segurança de ir e vir em sociedade, como afirma Leal e Melo (2006):

Ensinar a ler é uma ação inclusiva, pois possibilita ao indivíduo ter acesso a diferentes informações e participar de eventos de letramento que ampliam sua participação na sociedade, ou seja, saber ler possibilita ao indivíduo inserir-se em situações diversas próprias da nossa sociedade letrada em que o texto escrito é usado para mediar as interações (LEAL; MELO, 2006, p.42).

É preciso e urgente a ruptura do ensino da língua cujo enfoque se limita em codificar e decodificar; há muito tempo essa abordagem já não é mais suficiente, é preciso educar para a transformação, para a vida.

ALFABETIZAR LETRANDO: ENTENDENDO OS CONCEITOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Conceituar o termo alfabetização parece algo desnecessário já que parece um termo tão familiar, mas se torna imprescindível quando esse termo assume diferentes formas de compreensão do processo de aprendizagem, formas essas que são determinantes para a prática pedagógica desenvolvida nas séries onde o foco do ensino é o processo construção e aquisição da Língua Portuguesa.

Na perspectiva de Soares (2004) o conceito de alfabetização se inicia antes mesmo da vida escolar. É a partir do meio social, das interações entre os seres humanos que o indivíduo tem a oportunidade de compreender a finalidade e os usos

sociais da escrita, assim ocorre sua inserção no mundo da linguagem. O termo alfabetização, ainda na concepção da autora, é definido também como “a ação de alfabetizar, de tornar-se alfabetizado” (SOARES, 2004, p.31). Freire (1987) utilizou o termo alfabetização fazendo uma ligação com o conceito de letramento dizendo que “[...] alfabetizar é aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade” (FREIRE 1987, p.8). Pode-se dizer que a alfabetização é considerada um processo de descobertas para o educando e um desafio para o educador, pois alfabetizar não é tarefa fácil, exige preparo, capacitação, curiosidade e respeito ao saber do outro. O professor precisa permitir meios para que aconteça a interação do sujeito com a leitura e a escrita, para que quando alfabetizados consigam atuar diretamente na sociedade, fazendo uso real e adequado da escrita, entendendo suas funções e se apropriando delas enquanto conquista social. Nesse sentido, Soares (1998) afirma que:

Alfabetizar é dar acesso ao mundo da leitura. Alfabetizar é dar condições para que o indivíduo- criança ou adulto – tenha acesso ao mundo da escrita, tornando se capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidades de decodificação e codificação do sistema da escrita, mas, e, sobretudo de fazer uso real e adequado a escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade e também como instrumento na luta pela conquista da cidadania plena (SOARES, 1998, p.33).

Ferreiro (2006) afirma que alfabetizar na sociedade atual é diferente dos tempos de outrora, uma vez que estamos em um mundo em constante transformação e diante dessas transformações é necessário que esse processo de alfabetização também se modifique conforme as novas necessidades que vão surgindo na sociedade. Portanto é preciso romper com os modelos tradicionais de se alfabetizar, já não dá mais para alfabetizar somente através de cartilhas ou apenas utilizando livros didáticos, pois alfabetizar na sociedade contemporânea está além de decodificar e codificar palavras, esse ensino que outrora acontecia a partir da memorização de sílabas, o famoso BA-BE-BI-BO-BU nunca foi suficiente, mas atualmente é ineficiente, por isso é preciso romper urgentemente com modelos de alfabetização que trabalham de forma fragmentada.

Para Gontijo e Schwartz (2009), alfabetização significa levar à aquisição do alfabeto, ou seja, é possibilitar habilidades de ler e escrever. Em contrapartida, as autoras afirmam que aprender as letras do alfabeto é relevante, porém insuficiente para considerar-se alfabetizado. Os PCNs (BRASIL, 1997) afirmam que o termo letramento surge, em sua essência, exatamente para apontar uma concepção de aprendizagem da língua nos seus usos e função sociais, tornando imprescindível para o desenvolvimento do indivíduo como um todo. E, nessa perspectiva, o desafio para os educadores, é apresentar a escrita como um produto de uma prática histórica, um poderoso instrumento nas ações sociais, e não como um objeto, tendo em vista que a prática pedagógica docente não deve complicar o processo de aprendizado do aluno, mas ser um facilitador de conhecimento, para que ele tenha gosto em aprender e crie autonomia.

No entanto, vemos que a escola ainda insiste em trazer uma prática educativa pautada na repetição mecânica e vazia. Nessa perspectiva de escola a criança se torna apenas um reprodutor que não consegue associar os conhecimentos apreendidos na escola com a realidade vivenciada fora desse contexto. Talvez isso aconteça devido ao fato de muitos professores alfabetizadores insistirem em alfabetizar através dos métodos sintéticos e analíticos, que, apesar de hegemônicos num grande período no cenário educacional brasileiro, não garantem por si só, que o processo de alfabetização aconteça, já que a aquisição do código linguístico é bastante amplo e complexo e a abordagem desses métodos são simplistas e pobres. Os métodos devem ser vistos como um apoio pedagógico, mas não como um fator que determina todo o processo de alfabetização. Dessa forma Ferreiro (2001) destaca que “os métodos (como sequência de passos ordenados para chegar a um fim) não oferecem mais do que sugestões, incitações, quando não práticas rituais ou conjunto de proibições. O método não pode criar conhecimento” (FERREIRO, 2001, p.29,30). Para a autora, é preciso possibilitar meios para que a criança se alfabetize, é necessário uma aprendizagem significativa, que seja mais que decodificar e codificar palavras. Nesse cenário torna-se imprescindível que a escola se adapte às novas exigências sociais. Não dá para continuar somente

alfabetizando, precisa-se urgentemente formar um cidadão alfabetizado e também letrado, segundo o conceito de letramento apresentado anteriormente.

Costa (2004) afirma que o processo de letramento é visto como algo mais complexo em relação ao processo da alfabetização. Ser alfabetizado e letrado na visão do autor é dominar o sistema de sinais gráficos de uma língua, sendo capaz de codificá-lo ou decodificá-lo, seja lendo ou escrevendo. Isto significa que o aluno conseguiu desenvolver e usa uma capacidade metalinguística em relação à linguagem. Também menciona que “O conceito de letramento se liga ao conjunto de práticas de leitura e escrita que resultam de uma concepção de o que, como, quando e por que ler e escrever” (COSTA, 2004, p.24 - 25). Já Soares (1998) aborda a distinção entre alfabetização e letramento da seguinte forma: “letramento é o estado ou condição de quem se envolve em variadas práticas sociais de leitura e de escrita”, (SOARES, 1998, p. 39). Também revela que letramento é muito mais que alfabetização, sendo esta um processo formal, enquanto o letramento é uma prática social. No entanto a autora afirma que dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas e linguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita acontece simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – alfabetização - e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividade de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento.

A CRIANÇA E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Sabe-se que o processo de alfabetização é, sem dúvida, um dos momentos mais importantes e indispensáveis para a formação da criança. Pode-se dizer que este processo é importante por se tratar de uma fase de descobertas, pois a criança chega à escola cheia de curiosidade à respeito do mundo das letras. Deseja conhecer como se dá a construção das palavras, frases e textos; portanto alfabetizar torna-se fascinante e ao mesmo tempo desafiador, tanto para a criança em processo de alfabetização, quanto para o professor, o responsável pela mediação desse

processo. Sobre esse pensamento, Carvalho (2010) diz que o processo de alfabetização é muito esperado, no qual, todos aguardam ansiosos para ver a criança alfabetizada, tanto os profissionais que acompanham de perto esse processo, como a família dos alunos que estão ansiosos pelo resultado. No entanto, vale mencionar que mesmo sendo um processo tão esperado o professor deve ter consciência e ser bem claro com a família, alertando-os que cada criança tem o seu tempo para aprender a ler e a escrever e esse tempo deve ser respeitado, afinal, cada criança tem um ritmo de aprendizagem. Ainda sobre o processo de alfabetização Kramer (2010, p.98) diz que “a alfabetização é um processo que começa a ser construído fora e antes da entrada da criança na escola”, por isso as experiências vividas pelos educandos contam muito e devem ser consideradas, uma vez que a alfabetização está também relacionada ao ambiente familiar que o aluno tem vivenciado em seu contexto social.

Ainda sobre o processo de alfabetização, Gontijo e Schwartz (2009) relatam que “entender como os seres humanos chegaram a usar letras para escrever ajuda as crianças a compreenderem a natureza histórica do alfabeto que usamos hoje em nossa sociedade” (p.16). A partir desse conhecimento construído pelas crianças o/a professor/a terá mais facilidade em dar seguimento ao processo de alfabetização. Contudo, faz-se necessário ressaltar, que a forma como o professor recebe essa criança no ensino fundamental, é, sem dúvida, muito importante para a construção do processo de alfabetização da leitura e da escrita. Uma vez que a criança está em fase de transição, por certo é indispensável o acolhimento do professor para com essa criança, disso depende a afinidade da criança com a escola, com o novo professor e, conseqüentemente, o sucesso no processo de alfabetização, caso aconteça o contrário o professor terá dificuldade de mediar o processo de aprendizagem. É importante destacar que o processo de aprendizagem está relacionado ao modelo de ensino praticado. Cagliari (2009) faz menção ao modelo de escola posta em nossa sociedade, retratando que a escola não sabe interpretar a realidade vivenciada pelas crianças, como também, não se preocupa com o que as mesmas pensam sobre este espaço, pois apesar de a escola ser planejada para elas muitas vezes esse espaço não tem alcançado as suas reais necessidades.

Tendo em vista que a criança ao chegar a esse espaço já recebe tudo pronto, tudo decidido, por alguém que sequer a conhece, que não conhece os seus gostos, suas dificuldades, sua trajetória, não sabem dos seus desejos e sonhos, ou seja, em nenhum momento é perguntado a criança sobre o que ela pensa sobre a escola, sobretudo sobre a leitura e escrita, é preciso problematizar para que respondam o que pretendem alcançar nesse novo espaço.

Sobre esse aspecto, Carvalho (2010, p.14) afirma que “as motivações das pessoas são diferentes, e a escola se engana quando supõe que a leitura e a escrita têm o mesmo sentido para todos”. Sendo assim, chega-se a um consenso de que o processo de alfabetização difere muito de criança para criança. Ferreiro (1993) relata que as crianças que tiveram oportunidades de conviver em um ambiente com livros, jornais e revistas, quando são inseridas no ambiente escolar não estranham a rotina que o espaço oferece, diferente de outras que nunca tiveram acesso a nada que a escola oferece e quando se deparam nesse espaço novo, estranham, e ao invés do espaço lhe trazer prazer, torna-se um lugar de sofrimento e de abandono. Tudo isso num contexto social de grande desigualdade, na qual algumas crianças chegam à escola com vasto conhecimento acerca da alfabetização e outras não, ou seja, as oportunidades não são iguais para todos, considerando também que vivemos em uma sociedade que oferece uma educação dualista, onde uns tem mais acesso ao conhecimento do que outros. Conhecimento na sociedade contemporânea é poder, e por saber disso os nossos governantes fazem muito pouco para mudar a desigualdade social do país. Cagliari (2009) diz que esse acontecimento não é recente e nem diminuiu ao afirmar que:

Antigamente, as classes privilegiadas tinham o poder do dinheiro e do saber; hoje ainda possuem o poder do dinheiro, mas lutam terrivelmente para não perder mais do que já perderam do poder do saber, que lhes era exclusivo, procurando controlar o saber que tiveram que revelar ao povo (p.8).

Kramer (2010) alerta para a necessidade de uma transformação que interfira com a estrutura da sociedade e não só com a questão educacional. Dessa, forma, cabe aos educadores não fecharem os olhos para o que está sendo posto, é preciso pensar numa proposta de educação inclusiva em que todos possam ter acesso independente de classe social:

[...] alfabetização, leitura e escrita precisa ser parte de um projeto de sociedade que vise a democracia e a justiça social. Isso requer, de um lado, um sólido projeto de desenvolvimento econômico e, de outro, uma política de emancipação cultural com alternativas desdobradas dentro e fora da escola (KRAMER, 2010, p.14-15).

Freire (1996) considera importante o professor respeitar os conhecimentos prévios dos alunos, quando afirma que não devemos desprezar os conhecimentos trazidos pelos alunos do seu contexto social, esse sujeito não deve ser considerado uma *tábula rasa*, desprovido de conhecimento. O aluno tem toda uma história, que por sinal torna-se uma ferramenta importante para o professor, pois ao considerar o conhecimento que o educando traz para escola, o professor tem a oportunidade de mediar e ampliar o que o mesmo já sabe. Ele também menciona que a verdadeira aprendizagem é aquela que transforma o sujeito, através dos saberes ensinados, e, sobretudo, dos que são reconstruídos não somente pelos educandos, mas também pelos educadores; a partir dessa construção, o aluno torna-se autônomo, emancipado, questionador e problematizador, reconhecendo que somos seres incompletos em relação à busca diária do conhecimento.

A HISTÓRIA DA ESCRITA NA ALFABETIZAÇÃO

Para se esperar algo é preciso conhecer, com isso, é importante que o aluno se aproprie da história da escrita e da sua relevância. Para esse entendimento Costa (2011) faz um passeio pela história da escrita do seu início até os dias atuais, descrevendo passo a passo este grande acontecimento histórico. A autora relata que a escrita foi inventada há muito tempo, cerca de cinco mil anos atrás, na Suméria, um país onde atualmente está localizado o Irã e o Iraque, numa região denominada Mesopotâmia. Ela afirma que “há informações de que também na China, na América Central e no Egito os povos estavam desenvolvendo seu próprio sistema de escrita” (p.3).

Segundo a História, antes mesmo da escrita ser inventada, o ser humano precisava se comunicar. Essa comunicação acontecia através de símbolos que eram pintados nas paredes da caverna representando objetos e conceitos. Essas figuras

na parede recebiam o nome de pictografia, que eram imagens que contavam sobre como viviam. Nessa perspectiva Colonese (2013, p.1) narra que a escrita é uma invenção decisiva para a história da humanidade, “Ela é a representação do pensamento e da linguagem humana por meio de símbolos. Um meio durável e privilegiado de comunicação entre as pessoas por meio de registros escritos há milhares de anos”. Esses registros foram de suma importância, sem eles certamente não ficaríamos sabendo como era a vida e a organização social de povos que viveram muito antes de nós. Dessa forma, entende-se que a invenção da escrita não surgiu por acaso, mas sim através das mudanças profundas na sociedade, sobretudo durante o período do surgimento das primeiras cidades.

Costa (2011) aponta que foram desenvolvidos quatro sistemas de escrita, por quatro povos diferentes, Mesopotâmicos, Egípcios, Chineses e da América Central. Conta-se que na mesopotâmia, os sumérios, os habitantes daquele local naquela época, desenvolveram a escrita cuneiforme através da argila “quando queriam que seus registros fossem permanentes, isto é, que pudessem ser consultados em qualquer dia e lugar, os tabletas eram colocados em um forno. Esses tabletas são considerados os ‘livros’ mais velhos do mundo” (COSTA, 2011, p.10).

Com o passar dos anos a forma de escrever mudou. Antes da invenção do alfabeto nossos antepassados usavam símbolos para se comunicarem através de desenhos, sinais e para representar suas ideias. Porém, com o passar do tempo essa forma de registro ficou complicada devido terem que decorar milhares de símbolos para escrever cada vez mais novas palavras, tanto no hieróglifo egípcio, quanto nos caracteres antigos chinês e escrita asteca. Com isso então, passaram a usar o mesmo desenho ou sinal para palavras que tinham significados que podiam ser associados. Mesmo depois de associar os mesmos desenhos e sinais, continuava complicado representar algumas palavras, como por exemplo: nome de pessoas e lugares, o que segundo Costa (2011), não era tarefa fácil, escrever nomes usando apenas desenhos e sinais. Somente depois de muitos séculos surgiram os sinais para representar também os sons da fala, essa ideia evoluiu e deu origem ao alfabeto (COSTA, 2011. p.13).

AS TEORIAS ACERCA DA ALFABETIZAÇÃO: NO TEMPO DAS CARTILHAS

Alfabetizar por meio das cartilhas normalmente gera muitas discussões e reflexões entre os pesquisadores que se debruçam a estudar a respeito da alfabetização, talvez seja porque muitos dos alfabetizadores aprenderam a ler e a escrever através das famosas cartilhas e de certa forma foram marcados por esse método de ensino. Para entendermos mais a respeito das cartilhas é importante registrar o seu surgimento.

Segundo Cagliari (2010), a alfabetização através das cartilhas surgiu com o renascimento entre o século (XV e XVI) e, sobretudo com o surgimento da imprensa na Europa. Sabe-se que a preocupação com os leitores tornou-se perceptível com o crescimento de pessoas que se interessavam cada vez mais pelos livros, portanto era necessário que se produzisse mais livros para que se alcançasse um público maior, uma vez que a leitura de obras famosas deixou de ser coletiva para se tornar cada vez mais individual entre os leitores. A partir desse momento, a alfabetização passou a ter uma importância muito grande na vida das pessoas, resultando assim, no aparecimento das primeiras cartilhas entre o século XV e XVIII na Europa.

Ainda de acordo Cagliari (2010), com a chegada das primeiras cartilhas a educação sofreu uma grande reviravolta que ganhou expressão com o acontecimento da revolução francesa. A escola tornou-se a responsável pela educação das crianças, introduzindo assim, a alfabetização como matéria escolar. Vale ressaltar que a alfabetização nessa época era privilégio dos ricos, ou seja, pessoas da classe burguesa, que tinham um poder aquisitivo elevado e que para atender de maneira eficaz os alunos da classe nobre, foi preciso realizar algumas modificações nas cartilhas. Neste período, o ensino já acontecia conforme o calendário escolar, trazendo cartilhas mais desenvolvidas voltadas para o processo de ensino aprendizagem da criança no período letivo. Esse processo de alfabetização acontecia através do ensino silábico com o método do ba- be- bi- bo-

bu. Esse modelo de alfabetização silábica ganha ênfase e passa a ser modelo dos livros de alfabetização durante longos anos (CAGLIARI, 2010).

Nas primeiras cartilhas escolares a relevância que se dava à leitura chamava a atenção, esse foco durou até cerca de 1950. Para que acontecesse o processo de alfabetização os professores tinham como recurso o abecedário, que era a base para o ensino da leitura e da escrita. Naquela época dava-se muita ênfase aos exercícios de decifração e identificação de palavras e à relação entre sons e letras, ao cuidado com a fala e, sobretudo com a pronúncia, que tinha que ser voltada para o padrão social culto, que normalmente eram trazidos para a escola a partir de textos famosos dos autores da época. O autor aponta ainda que após a década de 1950 a preocupação com a leitura é substituída pela preocupação com a escrita e as cartilhas passam a ser modificadas de forma radical. Esse acontecimento foi um marco importante na história da educação do nosso país.

A princípio, essa modificação foi justificada em função da entrada dos alunos carentes, que possuíam poucos recursos para terem acesso aos materiais, isso os tornava diferentes dos alunos anteriores que eram de classe nobre e podiam ter um ensino voltado para as normas cultas, tendo, sobretudo, a leitura para aperfeiçoamento de seus dialetos. Em contrapartida os alunos da classe pobre que possuíam dialetos diferentes da norma culta, eram julgados inferiores por não se encaixarem no padrão de ensino que era oferecida à classe elitizada. A partir desse pensamento a cartilha teve que ser modificada para que alcançasse os alunos da classe desfavorecida, surgindo então, a cartilha voltada para à produção da escrita e não mais para a leitura. Começa-se então, uma grande cobrança para que o aluno aprendesse a escrever palavras; a preocupação agora é voltada para os métodos e técnicas.

Ainda nos dias atuais temos professores alfabetizadores que ensinam por meio deste modelo de ensino tradicional, direcionado pelas cartilhas, seguindo uma ordem hierárquica de dificuldade, o aluno começa a aprender primeiro o que é considerado mais fácil para o mais difícil, afirma Cagliari (2010). Ele destaca que a alfabetização por meio de cartilhas, não formava o aluno de maneira integral, pelo contrário, vemos conteúdos específicos a serem ensinados onde o professor impõe

um modelo a ser seguido sem levar em consideração as hipóteses de escrita do aluno, oferecendo diversas atividades voltadas para um exercício de controle motor (CAGLIARI, 2010).

Em suma, pode-se dizer que a experiência escolar de alfabetização com cartilhas foi desastrosa. Os dados estatísticos nos mostram que a escola que tinha o seu ensino direcionado pelos métodos das cartilhas não conseguiram alfabetizar mais de 50% (cinquenta por cento) de seus alunos. O trabalho com base nessa metodologia afastou muitos alunos da escola, os mesmos não conseguiram superar essa barreira inicial da alfabetização, colocando em evidência a repetência e a evasão escolar, conforme nos relata Cagliari (2010). Por fim, vale destacar que nos dias atuais, em lugar da cartilha existe o livro didático, que é um recurso vantajoso quando é ressignificado e repensado pelo docente.

AS CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS SÓCIO-PSICOLINGUÍSTICAS

Diante do cenário marcado pela repetência e evasão, conforme descrito no tópico anterior, o trabalho com a alfabetização se alternava entre um método e outro, sem, no entanto, que a essência fosse modificada, pois todos eram baseados em teorias empiristas de aprendizagem, cujas práticas eram pautadas na repetição e na execução mecânica de exercícios de leitura e escrita concebidos como "decifração" e "atividade motora", respectivamente. A alternância de métodos acontecia, mas os índices de reprovação na primeira série (crianças de 7 anos) continuavam inalterados (CAGLIARI, 2010).

Motivadas pelos estudos para a compreensão desse quadro de "não aprendizagem" das crianças em fase de alfabetização surge a perspectiva construtivista das autoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky, que no final da década de 1970 e início da década de 1980 trouxeram novos estudos, com novas ideias sobre a prática pedagógica da alfabetização, que acabaram formando um marco histórico. A respeito dessa concepção psicogenética Soares (2004) afirma:

a concepção psicogenética, deslocando o eixo de compreensão e interpretação do processo pelo qual a criança aprende a ler e a escrever, trouxe uma severa crítica à importância que vinha sendo atribuída ao método de alfabetização (p.89).

A teoria construtivista se torna relevante para o professor que busca estudar o processo de alfabetização da criança, uma vez que a partir dessa teoria os estudos o que antes apontavam o olhar para o professor “como o centro da verdade” que tinha o aluno enquanto ser passivo, na qual o lugar de privilégio era do professor e da forma como o mesmo ensinava, agora muda o foco. A partir dos estudos de Ferreiro (1999) muda-se a história da alfabetização, passa-se a entender como se dá o processo de alfabetização da criança, não mais voltado para o ensino de transmissão do professor, mas na busca de como a criança aprende a ler e a escrever e o que diz a escrita do aluno através das hipóteses lançadas. A psicogênese da escrita é de suma importância para que o professor alfabetizador conheça mais a respeito desse processo, trata-se de uma realidade bem diferente do ensino tradicional que estávamos habituados durante anos através das cartilhas e dos livros didáticos.

Sobre as contribuições das teorias sócio-psicolinguísticas, pode-se afirmar que a teoria da Psicogênese da língua escrita trouxe grandes desafios para a prática pedagógica do professor, uma vez que essa nova teoria tem como pressuposto estudar os processos de codificação e decodificação levando em consideração a construção, as características próprias do sujeito no processo de construção da leitura e da escrita. Ou seja, a teoria psicolinguística defende o aluno enquanto sujeito do seu conhecimento, rompendo com ensino tradicional voltado para o professor enquanto o ditador de conhecimento.

A partir dessa teoria, Ferreiro em seus estudos, busca entender como a criança aprende ao invés de determinar métodos de como os professores devem ensinar. Portanto, torna-se assim relevante o conhecimento de tais sujeitos antes mesmo de se iniciar à alfabetização. Sabendo da importância da escrita na vida da criança, Ferreiro (1999) busca compreender como a criança aprende a língua escrita. Ela afirma que “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior à escola e que não termina ao finalizar a escola primária” (FERREIRO, 1999, p.47). Esse processo segue em todo

decorrer da vida escolar do aluno, sendo importante o acompanhamento desse aluno no processo de escrita, independente de ser o professor alfabetizador ou de disciplinas específicas. A autora também destaca o quanto é importante a valorização da escrita do aluno, relatando que o professor deve considerar as hipóteses de escritas criadas pelos mesmos no processo de ensino aprendizagem.

Para melhor entendermos o processo de construção da gênese da teoria construtivista da escrita, se faz necessário fazer uma abordagem sobre as fases da construção da escrita que, de acordo com as pesquisadoras Emília Ferreiro e Ana Teberosk são denominadas: pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999). Na fase pré-silábica a criança não compreende a relação entre registros gráficos e o som das palavras, não consegue fazer a diferenciação entre números, letras e desenhos, é marcada pelo registro de garatujas, desenhos sem figuração e posteriormente desenhos com figuração; não se preocupa em quantidade de letras, não reconhece vogais, consoantes e não sabe ainda associar os sons com as letras, ou seja, é uma busca constante a respeito da diferenciação entre as escritas produzidas sem uma preocupação com as propriedades sonoras da escrita. Usa-se bastante a quantidade de letras de uma escrita para outra, costuma escolher uma letra do seu convívio para escrever (FERREIRO E TEBEROSKY, 1999). Nessa fase costuma-se escrever “CAVALO” como (TEDOXNVNI) e “TOMATE” pode ser (SONTVGIDA) ou até mesmo outras letras. Não existe uma relação entre fonema / grafismo. Costuma-se também usar o realismo nominal, escrevendo as letras dos nomes dos familiares para dar nomes às coisas. É uma fase que a criança não aceita registros pequenos, por exemplo: BOI (palavra que possui apenas três letras) e também nomes de animais grandes com poucas letras e animais pequenos com muitas letras. É uma fase que a criança já entende que pode escrever tudo que quer, porém não se consegue entender o que foi escrito (FERREIRO E TEBEROSKY, 1999).

Já na fase "silábica" a criança começa a relacionar os contextos sonoro e gráfico do registro. Atribui uma letra ou marca para o registro de uma sílaba. Ela já consegue diferenciar letras de números, desenhos ou símbolos e reconhece o papel

das letras na escrita, mas não sabe como isso ocorre. Na fase "silábica sem valor sonoro" a criança utiliza letras convencionais, embora qualquer letra servirá para qualquer som. A criança começa a ter consciência de que existe alguma relação entre pronúncia e a escrita; começa a desvincular a escrita das imagens e os números das letras; conserva as hipóteses da quantidade mínima e da variedade de caracteres; cada vez que pronuncia uma sílaba, ela escreve uma letra, porém não consegue relacionar o som com a escrita, por exemplo: "CA DER NO" seria escrito (B R L), (FERREIRO E TEBEROSKY, 1999).

Na fase "silábica com valor sonoro" a criança já compreende a relação entre letras e sons, ela pensa na quantidade da sua escrita, se a letra corresponde ao som da escrita, compreendendo que a palavra é dividida em sílabas. A fase silábica é a descoberta de que a quantidade de letras com a qual vai se escrever uma palavra pode ter correspondência com a quantidade de partes que se reconhece na emissão oral, ou seja, essas partes são as sílabas e em geral, a criança faz corresponder uma grafia a cada sílaba. Pode servir qualquer letra ou existir uma associação do som com a letra convencional. Exemplo: "TOR TA" que pode ser escrita (O A), "PI RU LI TO" (I R I O) "TO MA TE" que pode ser escrita como (O A E), "BO NE CA" (O N K) "MAR CE LO" (M C O). Esse nível é bem significativo, costuma ser um salto no processo de construção da criança que supera a etapa global entre a forma escrita e, sobretudo expressão oral atribuída. Essa hipótese é uma passagem de grande relevância para o desenvolvimento de todo o processo de construção da criança, pois é aquela que mais gera conflitos e perturba suas certezas. A criança já supõe que a escrita representa a fala; tenta fonetizar a escrita e dar valor sonoro às letras; supõe que a menor unidade da língua seja a sílaba; usa uma letra para cada vez que pronuncia uma sílaba, fazendo relação com o som (FERREIRO E TEBEROSKY, 1999).

A fase "silábico-alfabética" é quando a criança passa por um momento de transição, onde não mais se omite as letras e sim acrescenta, podendo acontecer trocas de letras ou inversões. É um momento que a criança passa por aquisição da escrita, o professor deve compreender e não considerá-lo como um erro. Normalmente a criança troca o B pelo P ou faz algumas inversões de palavras. Nessa fase a criança já conhece os sons, as sílabas e se preocupa em escrever

corretamente. É um período de transição entre as hipóteses silábica e alfabética, em que a criança não abandona por completo suas concepções anteriores, mas também não se apropriou totalmente da análise da escrita em termos fonéticos. Nesta fase, o aluno costuma tirar algumas letras por dificuldade de percepção visual ou auditiva, porém é nesse momento que a criança percebe que o som de uma sílaba pode ser escrito com mais de uma letra. Em síntese, a criança começa a perceber, discriminar e descrever os sons da língua (fonética), tentando escrever as palavras de maneira fiel a sua pronúncia, nessa fase o aluno já venceu muitos obstáculos, já reconhece que cada um dos caracteres da escrita representa um valor sonoro, menor que a sílaba, possuindo uma escrita legível, por exemplo "CA BE LO" (K BE LO); "O GATO BEBE LEITE" (O GATO BB LETI). Já consegue trabalhar frases, pequenos textos, recados e até mesmo escrever pequenas cartas (FERREIRO, TEBEROSKY, 1999).

O nível "alfabético" constitui o final da evolução construtiva da leitura e da escrita, caracterizado pela escrita muito próxima da forma convencional, com o registro de todas as letras que o aluno acredita que representem os sons que deseja escrever, por exemplo, "A CASA ESTÁ SUJA DEMAIS" (A CAZA ESTA SUXA DIMAS). O aluno continuará progredindo, eliminando suas dúvidas uma a uma, se tiver a oportunidade de ter uma aprendizagem marcada pela elaboração pessoal e de reflexão lógica. Assim, a aquisição da base ortográfica envolve a inter-relação de aspectos afetivos, sociais, culturais, lógicos, perceptivos, motores, para que a aprendizagem seja de fato construtiva. Nesse sentido, é importante que o professor tenha clareza de que, ao atingir a escrita alfabética a criança já superou muitas dificuldades, tendo pela frente as questões ortográficas que não são, propriamente, problemas de escrita. A criança compreende que a escrita tem função social; compreende o modo de construção do código da escrita, já reconhece as letras, os sons, não pensa mais nas sílabas como uma unidade de uma letra somente, tenta escrever as palavras conforme pronuncia. A criança sente segurança em suas produções porque sabe que o leitor entende seu texto (FERREIRO, TEBEROSKY, 1999).

A respeito do "erro" na escrita da criança Ferreiro (1993) acredita que é fundamentalmente construtivo nesse processo, pois representa um momento de construção, onde o que a criança escreve ainda não corresponde ao socialmente esperado, ou seja, a norma padrão de escrita; a autora afirma que o erro precisa ser tratado como parte do processo, no qual vai marcar a hipótese com a qual a criança está fazendo seus registros escritos.

Pode-se afirmar então que o processo de alfabetização é uma fase delicada, onde o aluno precisa ser acolhido para que tenha sucesso no seu processo ensino-aprendizagem. Não é ler e escrever sem significado, mas ler por prazer e entender a importância da alfabetização em sociedade. Quando estudamos sobre a teoria do desenvolvimento de Vigotsky, podemos entender mais a respeito da criança e a sua construção, também pode-se compreender a relação que a criança estabelece com a linguagem, através da interação com o outro e com o meio social, o que inclui a família, primeiro espaço de interação vivenciado pela criança. A teoria Vigotskyana, acredita que é através da interação, das relações sociais que a criança adquire conhecimentos, levando em consideração a cultura, o social e as histórias trazidas pelos sujeitos. Nesse sentido, entende-se que o sujeito é concebido a partir da interação e, sobretudo, pela linguagem, sendo a sua forma de pensar desenvolvida a partir do meio social na qual o sujeito está inserido (VIGOTSKY, 1998).

Por fim, vemos que a teoria de Vigotsky traz grande contribuição para a compreensão do processo de alfabetização vivenciado pelas crianças na medida em que valoriza o conhecimento da criança, o trabalho coletivo, com ênfase na interação, diferente da teoria de Piaget, que considera a criança enquanto construtora de seu próprio conhecimento, com ênfase na ação. Na zona de desenvolvimento proximal (conceito desenvolvido por Vigotsky) a mediação pedagógica do professor é fator decisivo para o desenvolvimento do processo de aprendizagem do aluno e a superação dos desafios encontrados por ele no decorrer do processo de construção da leitura e a escrita, caracterizando desafio aos professores, pois requer que conheçam os alunos com objetivo de analisar o nível de conhecimento "real" que cada criança apresenta para planejar as atividades, visando o conhecimento potencial promovendo a movimentação dos sujeitos na zona de desenvolvimento proximal (VIGOTSKY, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que pensar numa alfabetização que traga o envolvimento do aluno com a leitura e a escrita, pode ser uma tarefa árdua, embora possível e necessária; o professor quando está envolvido nessa prática consegue desenvolver um trabalho significativo, se preparando, estudando, pesquisando atividades inovadoras, que possibilitem o interesse do aluno em aprender, ou seja, está sempre buscando estratégias para alcançar esses objetivos enquanto alfabetizador comprometido com a prática. A prática desse profissional é dinâmica, viva, concreta, na qual ultrapassam os muros da escola, pois é bem recebida pelos alunos, trazendo-lhes significado. Todos participam até mesmo as crianças que têm dificuldade de aprendizagem ou são mais tímidas, conseguem se comunicar, compreendendo melhor o que se passa ao seu redor. Sem sombras de dúvida a mediação do docente e as relações estabelecidas com os educandos, contam muito no processo de construção da leitura e da escrita.

Diante do exposto, gostaríamos de destacar que as teorias sócio-linguísticas defendem o uso de diversos textos na alfabetização do aluno desde o início da sua escolarização, com isso, a escola é responsável por garantir que a criança consiga fazer uso dos textos orais e escritos em diversas situações do contexto social, concretizados pelos gêneros textuais que permeiam a sociedade, no entanto, para que isso aconteça é necessário que a escola e os professores reconheçam a importância da pluralidade de discursos existentes em sociedade, sendo uma das dimensões da pluralidade as variedades linguísticas, segundo Gontijo e Schwartz (2009). Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) corroboram dizendo que é responsabilidade da escola trabalhar com os alunos os diversos textos que circulam em sociedade, ensinando não só a produzir como também saber interpretar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa - 1a a 4a Séries.** MEC/SEF, Brasília, 1997.

BRITO, Danielle Santos de. **A importância da leitura na formação social do indivíduo.** Revela periódico de divulgação científica da FALS. Ano IV - nº VIII- jun. 2010.

CASTANHEIRA, Maria Lúcia; Francisca Izabel Pereira, MACIEL; MARTINS, Raquel Márcia Fontes (Org.). **Alfabetização e letramento na sala de aula.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica: Ceale (Coleção Alfabetização e Letramento na Sala de Aula) 2009.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & linguística:** 4. ed. São Paulo, SP, Editora Scipione. 1994.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-be-bi-bó-bu.** São Paulo. Scipione. 2010.

CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador.** São Paulo, editora Ática, 2010.

COLONESE, Paulo, H. **O Abecê da Escrita.** 2013. Disponível em <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=911&sid=7>. Acesso em 23 de maio de 2014.

COSTA, Silvana. **Escrita: uma grande invenção.** Belo Horizonte: Dimensão, 2011, 24p.

COSTA, S. R. Interação, Alfabetização e Letramento: uma proposta de/para alfabetizar, letrando. In: Maria Cristina de Mello; Amélia Escotto do Amaral Ribeiro. (Org.). **Letramento Significado e Tendências.** Rio de Janeiro: WAK, 2004, v. 1, p. 13-49.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 13. ed. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1987.

FERREIRO, Emilia. **Com todas as letras.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Reflexões sobre alfabetização.** 24. ed; São Paulo: Cortez, 2001.

_____. O momento atual é interessante porque põe a escola em crise. **Revista Nova Escola.** São Paulo: Outubro, 2006. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/alfabetizacao-inicial/momentoatual423395.html>. Acessado em 05/04/2015.

FERREIRO, Emilia e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artmed. 1999.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes; SCHWARTZ, Cleonara Maria. **Alfabetização: teoria e prática**. Curitiba, PR: Sol, 2009.

GOUVEIA, Beatriz; ORENSZTEJN, Miriam. Alfabetizar em contextos de letramento. In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena (orgs). **Práticas de leitura e escrita**. Brasília: Ministério da Educação, 2006. pg. 34-37. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/grades/salto_ple.pdf. Acessado em 23/07/2016.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso**. 1 Edição. Ática, São Paulo, 2010.

LAJOLO, Maria & ZILBERMAN, Regina. **A Formação da Leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

LEAL, Telma Ferraz e MELO, Kátia Reis. Planejamento do ensino da leitura: a finalidade em primeiro lugar. In: SOUZA, Ivane Pedrosa de; BARBOSA, Maria Lúcia Ferreira de Figueiredo. (org.). **Práticas de Leitura no Ensino Fundamental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

VIGOTSKI, L.S. A. **Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes. 1998.